

Senhores deputados,

Permitam-me que saúde V. Exas. e agradeça a oportunidade que nos é concedida.

Venho do Colégio de S. Miguel, Fátima.

Venho de uma escola que faz serviço público de educação com tudo o que isso implica. Explico:

- não seleciona alunos nem quanto à origem, nem quanto à religião, (ali convivem cristãos de várias confissões, não crentes, muçulmanos e outros) nem quanto à nacionalidade, nem quanto ao estatuto socioeconómico, nem quanto às condições sociais, nem pergunta que resultados escolares têm os alunos quando os acolhe; segue as prioridades definidas na lei para as matrículas – cremos que isto é o que se pede a qualquer escola que faz serviço público de educação.

- De entre os seus alunos, 402 beneficiam de apoios da Ação Social Escolar, 70 têm necessidades educativas especiais de várias tipologias, sendo que três deles têm currículos específicos individuais.

- Além disso, porque assumimos esta postura, acolhemos entre os nossos alunos 30 institucionalizados, de quatro instituições de acolhimento situadas na zona de Fátima. Alguns que estiveram em escolas de Lisboa, do Barreiro, da Chamusca, do Montijo, de Vila Franca de Xira, de Santarém, de Évora, de Beja, da Marinha Grande, de Alcobaça, das Caldas da Rainha, de Leiria e de outras localidades, onde, pelas mais diversas razões, as suas vidas correram perigo.

O contrato de associação financia as nossas turmas, quer tenham alunos com características especiais quer não, pelo mesmo valor. Dado que assumimos, com tudo o que isso implica, o serviço público de educação, se contabilizássemos todas as horas de apoio só a alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, o que recebemos por uma turma não chegaria para as pagar. As que contabilizamos para o presente ano letivo ascendem a 43.500,00 euros, só para pagar a docentes que lhes dão apoio e têm de caber no financiamento que é atribuído.

Todos os anos, e este não vai ser exceção, colocamos alunos institucionalizados no Ensino Superior (ou no mercado de trabalho, após conclusão de cursos secundários com planos próprios e dupla certificação). Todos os anos ajudamos alguns a saírem do círculo de desgraça onde viveram antes. E estamos aqui porque estamos preocupados

Estamos preocupados porque os sinais que nos chegam vão tornar este projeto de escola inviável. Basta que se force a redução do número de alunos e não se consigam diluir na população escolar todas as especificidades educativas a que temos de acudir.

É fácil transformar uma escola num gueto: basta que haja condições para que as especificidades se afirmem em cultura própria contra a cultura escolar, como afirmam muitos especialistas em ciências da educação. E esse risco já o experimentámos quando recebemos, de uma assentada, um grupo significativo de alunos institucionalizados transferidos de escolas do estado, só porque a instituição que os acolhia se deslocou para mais perto de nós.

(Por analogia, podíamos dizer que seria um pouco como colocar no mesmo bairro todas as tipologias de problemas sociais).

Estamos preocupados porque, ao invés de apoiar e de incentivar, quem nos tutela parece entender que só pode haver um prestador de serviço público de educação – o Estado. E não é isso que diz a lei, a começar pela Constituição da República, pela Lei de Bases do Sistema Educativo e passando por outros normativos legais de menor dignidade constitucional.

Estamos preocupados porque, como já aconteceu noutras circunstâncias, se vai matar o que funciona bem só porque sim.

Estamos preocupados porque, antes de o Estado construir escolas onde não eram necessárias e violando a lei que ele próprio criou, já lá estávamos a fazer o serviço educativo à comunidade local e agora invocam-se as capacidades do parque instalado para justificar a eventual redução ou encerramento do nosso serviço educativo.

Exemplifico: A menos de 2,5 km (a lei dizia que não podia ser a menos de 4km) foram construídas escolas que já não eram necessárias; no momento da abertura, para o serviço à população local.

Estamos preocupados porque parece que se privilegia o emprego estatal em detrimento do vínculo laboral de um contrato de trabalho celebrado com uma entidade privada e sem fins lucrativos. E não conseguimos compreender porque é que um é mais valioso que outro.

Estamos preocupados porque, dentro de pouco tempo, muitos de nós correm o risco de cair no desemprego, se esta escola ficar inviável, e as instalações e equipamentos tornar-se-ão inúteis;

Estamos preocupados porque, quando uma escola que é forçada a morrer, seja de morte rápida seja de morte lenta, a mensagem que se passa é a de que quem decide quer, deliberadamente, uma sociedade mais pobre e menos plural e, se possível, de pensamento único. A mensagem é a de que o Estado não quer ser subsidiário da sociedade e das suas organizações, mas senhor absoluto num domínio em que ele próprio assume que não pode programar a educação segundo qualquer padrão ético, religioso ou outro.

Há quem argumente com os custos, mas isso não tem fundamento: São menos de 2% do orçamento do Ministério da Educação para cerca de 1/5 da população escolar do ensino básico e secundário – contrato de associação e outros contratos.

A necessidade de redução de custos, igualmente invocada, também não parece ser válida: o financiamento ao ensino particular e cooperativo em contrato de associação decresceu mais de 30% nos últimos seis anos, o financiamento das escolas do estado decresceu 18%. (Dados do M.E.)

Solicitamos, por isso, aos ilustres parlamentares do nosso país, não a opção por um serviço público de educação exclusivamente dirigido pelo Estado, mas um serviço público de educação plural, onde possam conviver diferentes projetos educativos e onde se possam harmonizar as duas irmãs que fundamentam a democracia pluralista que se desenhou em Portugal após abril de 74: a Igualdade e a Liberdade. Cabe aos senhores deputados não permitir que uma assassine a outra.

Muito obrigado